

é lei federal -, mas ele vai utilizar um truque, uma alternativa que é ilegal, que é pagar o complemento desse piso para aqueles professores que não chegam no valor do piso por 40 horas semanais com o novo reajuste, que é um valor baixo ainda. Por 40 horas semanais, o professor hoje no Brasil, pela lei do piso, não pode ganhar menos de R\$ 4.420,55. É o valor do piso para o professor que trabalha o dia todo. Só vai ganhar isso. É um valor baixo.

Mesmo assim, o estado mais rico da Federação, o estado mais rico da América Latina, que vai ter um Orçamento de 317 bilhões de reais, não vai pagar corretamente o piso. Vai pagar através de um abono complementar, como as gestões tucanas fizeram.

Como dizia o Cazuza naquela música "O tempo não para": "eu vejo um museu de grandes novidades". É isso: "eu vejo o futuro repetir o passado". É isso que o governo Tarcísio, o governo bolsonarista está fazendo, repetindo o passado, pagando, ludibriando o Magistério estadual, que já tem baixíssimos salários, que vive uma precarização das condições de trabalho na rede estadual, e ainda vai mais uma vez passar por esse processo.

Então, o governo pretende pagar o piso, mas com um abono complementar. Isso é ilegal. Está na lei. Nós vamos tomar providências em relação a isso. Agora, o pior, além disso, o governo não vai aplicar o piso como ele tem que ser aplicado, com repercussão em toda a carreira, no salário base de todos os professores, de todas as professoras. Ele apenas vai complementar o piso. Isso significa que poucos professores, na verdade, terão algum tipo de benefício em relação a esse reajuste, que vai ser um reajuste fake aqui em São Paulo.

Então, queria fazer essa denúncia, e dizer que nós vamos tomar providências, porque o governo não pode violar, não pode afrontar uma lei que foi aprovada no Congresso Nacional, que foi sancionada pela Presidência da República, e, mais ainda, foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Um péssimo exemplo o estado de São Paulo fazer isso. Um péssimo exemplo para os outros estados, e, sobretudo, para os municípios de São Paulo.

Tem município que paga corretamente o Piso Nacional Salarial, mas alguns municípios não estão pagando também, seguindo a orientação de, acho que, uma confederação, um conselho de municípios, que orientou nesse sentido, dizendo que a lei é inconstitucional. Olha só o absurdo, e o governo estadual também estimulando para que seja pago, mas com essa forma que viola, na verdade. Para a gente entender a lei, o espírito da lei, há uma violação do seu cumprimento. Então, nós queremos repudiar.

Nós defendemos o Piso Nacional Salarial, conquista histórica do Magistério nacional. Tem que ser pago com repercussão em toda a carreira, e não através de truques, de abono complementar. Isso é proibido. Tem que ser pago de forma retroativa, de janeiro em diante, e esse piso tem que ser estendido também aos aposentados e pensionistas. Isso é muito importante, mas, repito, com repercussão em toda a carreira. Essa é a nossa luta, e é dessa maneira que o Magistério nacional defende e entende o pagamento do Piso Nacional Salarial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - PARA COMUNICAÇÃO - Pela ordem, presidente. Uma comunicação.

Só para complementar a fala na tribuna, Excelência. Hoje, na reunião com o Sr. Secretário, eu levei para ele um projeto de lei de minha autoria, que tramita aqui na Casa, desde o primeiro ano do meu mandato, que é um projeto que visa proibir completamente álcool nos ambientes educacionais.

Conversei bastante com ele sobre o que acontece nas festas, muitas vezes regadas a álcool, festas, inclusive, onde se paga uma pequena taxa e se consome álcool como se fosse um rodízio. Ele também compartilhou sua experiência como reitor da USP, onde ele teve um comportamento, uma orientação de vedar a entrada de álcool na universidade. Eu pedi a ele, obviamente respeitando a autonomia universitária, um olhar também para com as demais universidades públicas e privadas no nosso Estado.

Vou encaminhar o projeto para ele e aproveite esta oportunidade para pedir o apoio dos colegas, porque eu tenho só mais quinze dias aqui, mas, dos colegas que permanecem, de abraçarem essa causa – infelizmente, o projeto não caminhou; consegui aprovar outros projetos, o que muito me alegrou, mas esse não caminhou – para que nós tiremos completamente drogas lícitas e ilícitas dos ambientes educacionais.

Perdão, Exa., o colega Giannazi vai fazer o uso da palavra novamente? Ah, não, senão eu ia pedir o levantamento. É isso, presidente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Na contiação dos oradores, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, eu não posso sair daqui hoje, do plenário da Assembleia Legislativa, sem manifestar a minha indignação com uma entrevista dada pelo governador Tarcísio de Freitas, acho que foi sexta ou sábado agora, aí durante o Carnaval, em que ele disse que estava com saudade de bater o martelo, referindo-se ao martelo das privatizações, porque ele, enquanto ministro do governo genocida, do governo nazifascista do Bolsonaro, colocou em curso várias privatizações no Brasil.

Transformou o Governo em uma "privataria" bolsonarista. Aqui em São Paulo, nós tínhamos a "privataria" tucana; ele era o organizador da "privataria" do bolsonarismo, privatizando tudo o que ele encontrava pela frente. Privatizou portos, aeroportos, rodovias, enfim, um projeto de privatizações. Agora, ele disse que está com saudade de bater o martelo das privatizações.

Numa outra entrevista anterior, eu vi num vídeo, inclusive, ele dizendo que ele defende, sim, as privatizações. Tem que privatizar tudo, ele defende e acha que é o melhor modelo privatizar. Ele defende; ele é, me parece, um fundamentalista, um xiita, um militante das privatizações. Entrega do patrimônio público para os grandes grupos econômicos, para os grandes empresários terem lucro com o espaço público, é disso que se trata.

Ele disse, exatamente, que está com saudade de bater o martelo e, pelo jeito, vai tentar mesmo, já anunciou que vai tentar privatizar a Sabesp. Enquanto o mundo todo está reestatizando as suas empresas de água – porque é um modelo fracassado no mundo todo; não deu certo, porque a água é estratégica – ele disse que vai privatizar a Sabesp.

O Dória tentou, não conseguiu. Trouxe até para São Paulo o Rodrigo Maia, do Rio de Janeiro; trouxe um carioca para privatizar a Sabesp e não conseguiu. Agora, São Paulo tem um outro carioca, que é o Tarcísio. Nada contra os cariocas, tudo a favor, mas é uma pessoa que vem de fora para privatizar a Sabesp, que está cumprindo um papel importante lá no litoral norte, agora, reestabelecendo o fornecimento de água através dos seus trabalhadores, que serão todos demitidos caso isso ocorra, caso ocorra essa privatização.

Ele já anunciou que quer privatizar a Sabesp, quer privatizar a Emae, quer dar continuidade às privatizações dos parques, das florestas, das cavernas do estado de São Paulo - essas privatizações já estão em curso. Agora, eu temo ainda por privatizações de universidades públicas, de institutos de pesquisa; temo pelo lamspe, que ele entregue o lamspe para uma organização social de caráter privado, e pelo que restou de hospital público ainda aqui, como o HU, Hospital da USP, que não depende dele, logicamente, porque ali tem autonomia universitária, mas ele pode estimular a privatização do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo.

Então, é grave essa situação, sem contar ainda que ele anunciou já uma reforma administrativa. No estado de São Paulo já tivemos uma perversa, danosa e sádica reforma administrativa feita pelo Dória há menos de três anos, que retirou

vários direitos dos nossos servidores. Acabou a falta abonada, que era um direito, acabou, por exemplo, o reajuste do adicional de insalubridade para várias categorias profissionais, ou seja, uma reforma contra os nossos servidores, sem contar o PL 529, que também prejudicou bastante os nossos servidores.

Agora, ele anuncia uma nova reforma administrativa. Como ele não conseguiu, no governo dele, no governo genocida e miliciano do Bolsonaro, que destruiu o Brasil – e agora estamos reconstruindo o país – como ele não conseguiu aprovar a PEC 32, aquela PEC que ia acabar com o concurso público, com a estabilidade dos servidores, com os reajustes salariais...

Era o que estava na PEC 32, que era a PEC da famosa granada do Paulo Guedes, quando ele anunciou, naquela famigerada reunião de que todos se lembram, logo no início do mandato, que ele colocaria uma granada na bolsa dos servidores públicos. Era também a PEC 32.

Como eles não conseguiram aprovar aquela PEC e ela vai ser retirada do Congresso Nacional... Está tramitando ainda, mas será retirada. O governo vai pedir a retirada, porque era do Executivo, era do Bolsonaro, do Paulo Guedes e, consequentemente, do Tarcísio de Freitas também.

Então, como ele não conseguiu fazer em nível nacional, talvez ele tente aqui no estado de São Paulo. Logicamente, haverá muita resistência, porque nós não vamos aceitar que ela seja aprovada na Alesp. Nós estaremos juntos com os servidores e servidoras do estado de São Paulo nessa luta para impedir mais ataques, mais retrocessos e mais retiradas de direitos dos nossos servidores, que já foram atacados veementemente pelos governos tucanos.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais nenhum orador ou oradora para fazer uso da tribuna, solicito o levantamento desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 43 minutos.

24 DE FEVEREIRO DE 2023 15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: DANIELA BRAGA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DANIELA BRAGA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE DANIELA BRAGA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 27/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Daniela Braga.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente do dia 24 de fevereiro de 2023: deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, ainda para a gente aprofundar o conhecimento sobre o que aconteceu no litoral norte e vem acontecendo também em outras cidades do estado de São Paulo, porque não foi só lá que nós tivemos essa tragédia, mas eu tenho aqui um artigo que eu queria repercutir, Sra. Presidente, que é a partir de uma entrevista da vice-presidente da Associação de Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Refiro-me aqui à cientista e pesquisadora e servidora do Instituto Florestal, Helena Dutra, que é uma das pessoas mais preparadas do Brasil, que mais conhece essa questão ambiental no Brasil e na América Latina. Eu só tenho que ler, porque o artigo é muito bom, Sra. Presidente, e ele é muito pedagógico. Ele confirma o que a gente já vem debatendo aqui na Assembleia Legislativa há muito tempo, sobretudo após a extinção dos institutos de pesquisa, como o Florestal, o Geológico e o de Botânica.

Então vou ler rapidamente aqui, porque é até importante que esse texto seja publicano no " Diário Oficial". Quero que ele já seja encaminhado ao governador Tarcísio de Freitas. O que diz a entrevista aqui e os depoimentos da nossa pesquisadora Helena Dutra: "Diante de tragédias provocadas pela chuva, como ocorreu no fim de semana no litoral norte de São Paulo e do cenário de crise climática, a Associação de Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo alerta para a necessidade do fortalecimento dos institutos públicos de pesquisa do Estado. Para a entidade, a extinção de órgãos públicos de pesquisa nos últimos anos, como o Instituto Geológico, o Instituto Florestal, o Instituto de Botânica e a Sucea, a Superintendência de Controle de Endemias compromete a resposta do estado diante de catástrofes".

Aí ele diz: "O papel dos institutos públicos, como o Geológico, que foi extinto pelo ex-governador Dória em 2020 com o apoio da Assembleia Legislativa no projeto, que eu ia dizendo, do nº 529, contra o qual nós votamos, é produzir conhecimento e gerar informações que possam, de maneira preventiva, ajudar a proteger a sociedade deste tipo de desastre, além de atuar diretamente nos locais já afetados", comenta Helena Dutra, vice-presidente da APQC, que é a Associação de Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo. Segundo a entidade, o último concurso realizado pelo Estado para contratar pesquisadores na área geológica foi em 2003.

Então o Estado abandonou totalmente o Instituto Geológico, não contrata pesquisadores. O estado mais rico da Amé-

rica Latina, que tem a maior fonte de recursos, abandonou essa área, e desde 2003 não contrata, não abre concurso público para contratar geólogos. Olha só o abandono da área ambiental do estado de São Paulo. Mas ela continua: "Além da falta de pessoal, com a extinção do Instituto Geológico em 2020, o que restou da estrutura foi transferido para o novo órgão, e hoje os pesquisadores não têm autonomia para realizar o trabalho, não têm carros e há burocracia para ter acesso a diárias de viagens".

Ainda assim, neste momento, duas equipes estão no litoral: duas em São Sebastião e uma em Caraguatatuba, atuando para dar suporte às comunidades atingidas, ela diz. Então, o pouco que restou, porque o instituto foi totalmente dilacerado. Mas o pouco que restou vem atuando dentro do processo de precarização. Segundo a APQC, em 2019 o Instituto Geológico realizou um curso para agentes públicos para a população do litoral paulista. Em 2020, entregou o mapeamento da região metropolitana, incluindo 38 municípios, exceto São Paulo. Nesse mesmo projeto, os pesquisadores incluíram o mapeamento de risco da Rodovia Rio-Santos, desde Bertioga até Ubatuba. Diz agora a nossa pesquisadora, Helena Dutra: "Em um momento de crise climática, o estado de São Paulo escolheu, nos últimos anos, caminhar na direção contrária às reais necessidades, extinguindo institutos e concedendo áreas de conservação à iniciativa privada."

É a famosa privataria das áreas ambientais. O preço que se paga por esse modelo de governo é a desgraça, é o sofrimento da população, são as mortes como estamos vendo no litoral. É preciso repensar este modelo e investir nos institutos de pesquisa, que forcemem pronta resposta à sociedade."

Terminando, "o estado está sob um novo governo e nas últimas semanas nos reunimos com os secretários das áreas de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde, e mostramos a importância dos institutos públicos de pesquisa para a sociedade paulista e a situação crítica que se encontra.

Momento dramático da crise climática, crise hídrica e crise sanitária exige uma postura diferente da que os governos anteriores assumiram. O governador Tarcísio de Freitas tem a oportunidade de adotar um modelo diferente e investir no fortalecimento dos institutos públicos de pesquisa e consequentemente fortalecer o sistema de ciência e tecnologia de São Paulo para ser melhor instrumentalizado para esse momento crítico", finaliza a nossa pesquisadora, querida Helena Dutra.

Sra. Presidente, antes de encerrar aqui a minha participação no Pequeno Expediente agora nesse pronunciamento, eu queria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas ao governador do estado de São Paulo para que ele tome a iniciativa de recriar, de fazer uma reparação em relação aos institutos de pesquisa que o governo anterior extinguiu com a chancela da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A Assembleia tem culpa nesses episódios porque ela ajudou a extinguir os institutos de pesquisa. Então, ela também tem que dar a sua contribuição fazendo essa reparação. Nós temos que recriar os institutos de pesquisa.

Isso é muito fácil de ser feito, basta haver interesse político do governador. Ele tem que mostrar que ele não é um negocianista, um bolsonarista da extrema direita que acredita em Terra plana e cloroquina, ele tem que defender o meio ambiente. Então, seria um gesto pelo menos recriar os institutos de pesquisa, como colocou aqui a pesquisadora Helena Dutra.

Faço esse apelo ao governador aqui da tribuna da Assembleia Legislativa: recriação já dos três institutos de pesquisa, Florestal, Geológico e de Botânica e mais a Sucea, que também é muito importante porque ela ajuda no controle das endemias do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Na sequência dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputada Daniela Braga. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas deputados, os funcionários e pessoas que nos acompanham.

Quero aproveitar a oportunidade para solicitar às pessoas que residem, que trabalham, que estão no litoral norte paulista - ali nas praias mais afetadas, nos bairros mais afetados, em especial, na região do Sahy, de São Sebastião, tem um pouco de Ubatuba também - ou seja, toda aquela área que foi vitimada pelas chuvas, um pouco de compaixão.

Eu já vi que o Ministério Público determinou investigação, algumas autoridades já estavam acionando também o Procon, porque o excesso nas cobranças - inclusive por garrafas de água - está muito grande. Então, pedir um pouco de compaixão e de compreensão.

É óbvio que o ideal seria que todos ajudassem. Eu sei que muitas pessoas estão fazendo doações, aqui no estado de São Paulo, de outros estados da Federação. Agora, ninguém pode exigir que comerciantes, que pessoas que têm estabelecimentos que doem as mercadorias.

Mas, entre não doar e cobrar 10, 20, 30, 40, 50, 100 vezes o valor real de um produto vai uma distância muito grande. Então, "Ah, existem meios jurídicos", até vi que tem deputados federais apresentando projetos para criminalizar cobranças excessivas em meio a situações de calamidade pública.

Todos esses esforços são passíveis de serem discutidos, são louváveis, mas me parece que nós temos que fazer uma reflexão antes: será que precisa de lei, será que precisa do Ministério Público, será que precisa do Procon para que um ser humano compreenda que em meio a uma devastação, crianças mortas, crianças desaparecidas, pessoas desabrigadas, vão aproveitar circunstâncias para cobrar quase 100 reais uma garrafa de água e outros produtos?

Então, eu sempre gosto, talvez por ser uma pessoa da área do Direito e com muita experiência, e por saber que raramente nós resolvemos os conflitos nas brigas judiciais, em regra, as pessoas que acreditam que resolvem os conflitos com as brigas judiciais, acreditam porque não conhecem a realidade forense. O bom conhecedor do Direito, da realidade forense, sabe que é melhor prevenir um conflito, que é melhor conscientizar as pessoas para que nós não precisemos chegar na situação limite.

Então, é louvável deputado federal criar um projeto de lei para coibir essa prática, o Ministério Público? Tudo isso é discutido, está no âmbito da democracia, mas será que precisa, meu Deus? Será que precisa colocar na lei o básico, com crianças desaparecidas, famílias desabrigadas, devastadas? Será que precisa de uma lei dizendo "olha, não cobre 100 reais uma garrafa d'água?"

Então a solidariedade também é um valor numa sociedade. Ninguém pode ser obrigado a ser solidário, ninguém pode ser criminalizado por não ser solidário, mas daí a abusar de uma situação de necessidade extrema vai uma distância.

Inclusive na legislação penal tem previsão de agravar a pena quando um crime praticado em meio a uma situação de calamidade, como por exemplo tem um acidente e aí alguém aproveita o acidente para furtar os bens da vítima que está ali sem poder se defender, tem previsão de maior punição para um caso assim. Mas será que nós precisamos aplicar a lei penal para coibir uma prática dessa natureza, sendo que vizinhos, irmãos, seres humanos estão passando as maiores penúrias aqui do nosso lado?

Então eu peço encarecidamente que nós façamos uma reflexão para não precisar de lei para impor o óbvio. Ainda tem crianças desaparecidas no litoral paulista, as equipes de busca não param de trabalhar. Quem não pode ajudar pelo menos que não aumente o sofrimento dessas pessoas, dessas famílias.

É um pedido que eu faço, presidente, porque nós ficamos muito tristes ao ler que mediante tanto sofrimento, em meio,

na verdade, a tanto sofrimento alguém consiga encontrar um caminho para explorar aqueles que já foram tão vitimados.

Obrigada, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Na sequência, deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.)

Na lista suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.)

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os nossos funcionários que estão aqui no plenário nos dando suporte para as nossas atividades, os nossos irmãos que estão nos assistindo aqui no plenário da Assembleia Legislativa, todos vocês que estão nas redes sociais, nos acompanhando da TV Alesp.

Esta semana eu estive dois dias na cidade de São Sebastião, naquela região, Barra do Sahy, Juquehy, Maresias. É extremamente triste os resultados decorrentes das chuvas do início do carnaval, perda de vidas, o sofrimento daquela população, que nós pudemos acompanhar de perto, porque já faz parte da nossa formação.

Quando você quer saber do que as pessoas precisam, você quer colher informações, não tem outra maneira, você tem que ir ao local, você tem que conversar com essas pessoas, sentir, buscar de aproximar do sentimento que elas estão tendo.

Hoje eu posso dizer com toda a segurança, para todos os deputados desta Casa, porqre constatei hoje, São Paulo tem um governador. O governador Tarcísio de Freitas, assim que tomou conhecimento da situação, transferiu o seu gabinete para aquele município, para a região de São Sebastião.

Imediatamente fez a liberação de recursos, 83 milhões foram liberados para assistir as famílias que são vítimas dessa tragédia. Liberou sete milhões para que a Defesa Civil tivesse a liberdade e a amplitude de atuação.

Os helicópteros da Polícia Militar, os helicópteros do Exército se deslocaram e montaram um posto de comando na cidade de São Sebastião para que a população pudesse ser prontamente atendida. A Marinha atracou um navio com 300 leitos, montou um hospital de campanha naquele local.

Hoje o fornecimento de água já está restabelecido em todo o Litoral Norte paulista. Os microempresários, os empreendedores daquela região desde ontem estão com uma linha de crédito aberta para que eles possam fazer um financiamento para reconstruir o seu negócio, uma linha de crédito em que esses pequenos empresários não pagarão juros algum, terão um prazo para início de pagamento das parcelas.

Eu não posso deixar de enaltecer também e parabenizar os nossos irmãos da Polícia Militar, os nossos irmãos da Polícia Civil, da Guarda Civil Metropolitana, da Polícia Técnico Científica, que muitos puxaram turnos inicialmente de 48, 72 horas ininterruptas, buscando salvar vidas, amparando aquelas famílias e aquelas pessoas que se encontram em situação extremamente crítica.

Então nós não podemos deixar de trazer à tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo e deixar de enaltecer a postura e a iniciativa do governador Tarcísio de Freitas, e de todas as secretarias de Estado envolvidas nessa demanda, envolvidas nessa crise.

Eu também gostaria de registrar, aqui na tribuna da Assembleia Legislativa, que nós acompanhamos tudo isso que eu falei. Também foi muito envolto em um grande gesto de união e fraternidade de todo o povo de São Paulo, de todo o povo brasileiro, em termos de doações de alimentos, roupas, remédios, todo tipo de utensílio para socorrer aquelas famílias.

Quando nós falamos em fraternidade, nós precisamos lembrar algumas empresas, alguns entes, que tenham cautela, tenham cuidado no trato com os nossos policiais militares. No sábado, eu recebi mensagens, recebi ligações. Uma empresa terceirizada, que fornece alimentos, foi contratada pela prefeitura da cidade de São Paulo, para fornecer lanches para os policiais militares e para os trabalhadores de outras secretarias do Município durante o Carnaval de São Paulo.

Alguns desses lanches, que foram servidos aos nossos policiais militares: maçã mordida, o sanduíche com bicho andando por cima da mortadela, dentro do pão. No próprio sábado, eu fiz contato com o comando da Polícia Militar, com a Secretaria de Turismo. Esses lanches foram retirados, e foi aberto um inquérito administrativo e sancionatório sobre essa empresa terceirizada que forneceu esses lanches aos policiais militares.

Então, quando nós falamos aqui de solidariedade, de atenção ao próximo, nós cobramos que essa solidariedade, essa atenção, sejam dadas aos nossos policiais. Que arriscam as suas vidas, nas ruas, nos protegendo. Que estavam presentes em todos os blocos carnavalescos lá no Sambódromo, na avenida garantindo que o evento transcorresse em paz, em ordem, e com toda a tranquilidade, para que todos pudessem aproveitar o carnaval.

Fornecer lanche com bicho dentro do pão é o cúmulo do desrespeito. Nós acompanharemos as apurações em cima dessa empresa de fornecimento de alimentos. Conforme o resultado, tem que fechar a empresa, e não pode mais fornecer alimentos a ninguém. Não é nem só ao Estado, ao Município, a ninguém.

Se não toma cuidado do alimento que é fornecido a um ser humano, não tem capacidade, não tem condições de continuar trabalhando. Acompanharemos, que é o nosso papel aqui.

Já conversei com o subcomandante da Polícia Militar, o coronel Freixo, no sábado. Conversei hoje novamente. E isso não passará despercebido pelos nossos policiais. Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Na sequência, a deputada Monica da Mandata Ativista.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos.

Primeiro, trazer a solidariedade e lamentar a dor de muitas famílias, sobretudo muitas mães, que ainda estão procurando os seus filhos, e ainda não têm resposta sobre os que ainda estão soterrados no Litoral Norte do estado de São Paulo.

Também, a minha solidariedade ao povo periférico, favelado, pobre, em outras dezenas de cidades do estado de São Paulo que perderam tudo nas chuvas das últimas semanas. A gente está acompanhando e sequer sabe o tamanho real do desastre em São Sebastião. Eu também estive lá esta semana, e ainda sequer sabemos a quantidade de pessoas que estavam naquele território, quantos desaparecidos estamos procurando.

E tem um problema ainda maior, que é: a gente não está preparado para reparar os sobreviventes, tanto do ponto de vista material, porque são mais de 2.000 pessoas desalojadas... Mas, para além disso, tem aqueles que não perderam a sua casa, mas perderam todo o resto: os móveis, a comida, amigos, parentes, fonte de renda. Porque a maioria desses trabalhadores são trabalhadores do turismo local, que agora estão sem trabalho.

E a gente não está pronto para repará-los. Não há resposta sobre os que ficaram, o que vai ser do seu futuro. Não há resposta para o cuidado do tamanho do trauma. Socorreram e resgataram, e os últimos sobreviventes eram crianças, assim como outras tantas crianças que se perderam ali. E o estado de choque emocional em que todos estão ali, naquele momento agora... O Estado não está preparado e também não está observando isso ainda.

Existe polícia. E aqui a gente também precisa falar: existe a Defesa Civil, ainda que precária. E esse desastre chama a atenção para o olhar cuidadoso que a gente tem que ter durante o